

Colégio  
M0001Sala  
0001Ordem  
0001

Maio/2023

**MPPB**  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA PARAÍBA

## V Concurso Público para o Provimento de Cargos Efetivos de Técnico Ministerial – Sem Especialidade

Nome do Candidato  
Caderno de Prova 'E05', Tipo 001Nº de Inscrição  
MODELONº do Caderno  
TIPO-001Nº do Documento  
0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

**PROVA****Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos**

### INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Tudo que é bom dura o tempo necessário para ser inesquecível.

- Verifique se este caderno:
  - corresponde à sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

### VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

### ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 3 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

**Atenção:** Leia o conto “Casos de baleias”, de Carlos Drummond de Andrade, para responder às questões de números 1 a 5.

*A baleia telegrafou ao superintendente da Pesca, queixando-se de que estava sendo caçada demais, e a continuar assim sua espécie desapareceria com prejuízo geral do meio ambiente e dos usuários.*

*O superintendente, em ofício, respondeu à baleia que não podia fazer nada senão recomendar que de duas baleias uma fosse poupada, e esta ganhasse número de registro para identificar-se.*

*Em face dessa resolução, todas as baleias providenciaram registro, e o obtiveram pela maneira como se obtêm essas coisas, à margem dos regulamentos. O mar ficou coalhado de números, que rabeavam alegremente, e o esguicho dos cetáceos, formando verdadeiros festivais no alto oceano, dava ideia de imenso jardim explodindo em repuxos, dourados de sol, ou prateados de lua.*

*Um inspetor da Superintendência, intrigado com o fato de que ninguém mais conseguia caçar baleia, pôs-se a examinar os livros e verificou que havia infinidade de números repetidos. Cancelou-se o registro, e os funcionários responsáveis pela fraude, jogados ao mar, foram devorados pelas baleias, que passaram a ser caçadas indiscriminadamente. A recomendação internacional para suspender a caça por tempo indeterminado só alcançará duas baleias vivas, escondidas e fantasiadas de rochedo, no litoral do Espírito Santo.*

(ANDRADE, Carlos Drummond de. **Contos plausíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012)

1. Na construção de seu conto, Drummond recorre fundamentalmente à seguinte figura de linguagem:
  - (A) antítese.
  - (B) eufemismo.
  - (C) hipérbole.
  - (D) personificação.
  - (E) pleonasma.

---

2. O elemento sublinhado em “*pela maneira como se obtêm essas coisas*” (3º parágrafo) exerce a mesma função sintática daquele sublinhado em:
  - (A) *A baleia telegrafou ao superintendente da Pesca* (1º parágrafo).
  - (B) *O superintendente [...] respondeu à baleia que não podia fazer nada* (2º parágrafo).
  - (C) *o esguicho dos cetáceos [...] dava ideia de imenso jardim* (3º parágrafo).
  - (D) *Em face dessa resolução, todas as baleias providenciaram registro* (3º parágrafo).
  - (E) *Um inspetor da Superintendência [...] pôs-se a examinar os livros* (4º parágrafo).

---

3. O superintendente, em ofício, respondeu à baleia que não podia fazer nada (2º parágrafo)  
Ao se transpor o trecho acima para o discurso direto, o verbo sublinhado assume a seguinte forma:
  - (A) poderia
  - (B) pude
  - (C) posso
  - (D) pudesse
  - (E) possa

---

4. Retoma um termo mencionado anteriormente no texto a palavra sublinhada no seguinte trecho:
  - (A) e o obtiveram pela maneira como se obtêm essas coisas (3º parágrafo).
  - (B) e a continuar assim sua espécie desapareceria (1º parágrafo).
  - (C) e o esguicho dos cetáceos [...] dava ideia de imenso jardim (3º parágrafo).
  - (D) Cancelou-se o registro (4º parágrafo).
  - (E) Um inspetor da Superintendência [...] pôs-se a examinar os livros (4º parágrafo).

---

5. *Cancelou-se o registro* (4º parágrafo).  
Ao se transpor o trecho acima para a voz passiva analítica, a forma verbal resultante será:
  - (A) foi cancelado.
  - (B) cancelaram.
  - (C) seria cancelado.
  - (D) cancelariam.
  - (E) fora cancelado.



**Atenção:** Leia o texto “Liberdade e necessidade ao revés”, de Eduardo Giannetti, para responder às questões de números 6 a 12.

“Por meios honestos se você conseguir, mas por quaisquer meios faça dinheiro”, preconiza – prenehe de sarcasmo – o verso de Horácio. Desespero, precisão ou cobiça, dentro ou fora da lei: o dinheiro nos incita a fazer o que de outro modo não faríamos. Suponha, entretanto, um súbito e imprevisto bafejo da fortuna – um prêmio lotérico, uma indenização milionária, uma inesperada herança. Quem continuaria a fazer o que faz para ganhar a vida caso não fosse mais necessário fazê-lo? Estamos acostumados a considerar o trabalho como algo a que nos sujeitamos, mais ou menos a contragosto, para obter uma renda – como um sacrifício ou necessidade imposta de fora; ao passo que o consumo é tomado como a esfera por excelência da livre escolha: o território sagrado para o exercício da nossa liberdade individual. A possibilidade de satisfazer, ainda que parcialmente, nossos desejos e fantasias de consumo se afigura como a merecida recompensa – ou suborno, diriam outros – capaz de atenuar a frustração e aliviar o aborrecimento de ocupações que de outro modo não teríamos e não nos dizem respeito.

Daí que, na feliz expressão do jovem Marx, “o trabalhador só se sente ele mesmo quando não está trabalhando; quando ele está trabalhando, ele não se sente ele mesmo”. – Mas, se o mundo do trabalho está vedado às minhas escolhas e modo de ser; onde poderei expressar a minha individualidade? Impedido de ser quem sou no trabalho – escritório, chão de fábrica, call center, guichê, balcão –, extravaso a minha identidade no consumo – shopping, boutique, salão, restaurante, showroom. Fonte de elã vital, o ritual da compra energiza e a posse ilumina a alma do consumidor. A compra de bens externos molda a identidade e acena com a promessa de distinção: ser notado, ser ouvido, ser tratado com simpatia, respeito e admiração pelos demais. Não o que faço, mas o que possuo – e, sobretudo, o que sonho algum dia ter – diz ao mundo quem sou. Servo impessoal no ganho, livre e soberano no gasto.

(Adaptado de: GIANNETTI, Eduardo. **Trópicos utópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016)

6. No texto, o autor estabelece uma oposição entre

- (A) cobiça e dinheiro.
- (B) consumo e liberdade.
- (C) sacrifício e frustração.
- (D) trabalho e consumo.
- (E) trabalho e sacrifício.

7. O autor dirige-se explicitamente a seu leitor no seguinte trecho:

- (A) *Impedido de ser quem sou no trabalho [...], extravaso a minha identidade no consumo* (2º parágrafo).
- (B) *o trabalhador só se sente ele mesmo quando não está trabalhando* (2º parágrafo).
- (C) *Suponha, entretanto, um súbito e imprevisto bafejo da fortuna* (1º parágrafo).
- (D) *o ritual da compra energiza e a posse ilumina a alma do consumidor* (2º parágrafo).
- (E) *A compra de bens externos molda a identidade* (2º parágrafo).

8. O termo que qualifica o substantivo na expressão *necessidade imposta* (1º parágrafo) tem sentido oposto àquele que qualifica o substantivo em:

- (A) *Servo impessoal* (2º parágrafo).
- (B) *inesperada herança* (1º parágrafo).
- (C) *merecida recompensa* (1º parágrafo).
- (D) *território sagrado* (1º parágrafo).
- (E) *livre escolha* (1º parágrafo).

9. *Estamos acostumados a considerar o trabalho como algo a que nos sujeitamos, mais ou menos a contragosto, para obter uma renda.* (1º parágrafo)

Em relação ao trecho que a precede, a oração sublinhada expressa ideia de

- (A) consequência.
- (B) finalidade.
- (C) causa.
- (D) condição.
- (E) proporção.



10. *Suponha, entretanto, um súbito e imprevisto bafejo da fortuna – um prêmio lotérico, uma indenização milionária, uma inesperada herança.* (1º parágrafo)

Considerando o contexto, o termo sublinhado acima pode ser substituído, sem prejuízo para o sentido do texto, por:

- (A) portanto
- (B) contudo
- (C) pois
- (D) conforme
- (E) assim

11. Verifica-se o emprego de vírgula para separar elementos de uma enumeração em:

- (A) *Não o que faço, mas o que possuo – e, sobretudo, o que sonho algum dia ter – diz ao mundo quem sou* (2º parágrafo).
- (B) *“Por meios honestos se você conseguir, mas por quaisquer meios faça dinheiro”, preconiza – preenhe de sarcasmo – o verso de Horácio* (1º parágrafo).
- (C) *A possibilidade de satisfazer, ainda que parcialmente, nossos desejos e fantasias de consumo se afigura como a merecida recompensa – ou suborno, diriam outros* (1º parágrafo).
- (D) *Daí que, na feliz expressão do jovem Marx, “o trabalhador só se sente ele mesmo quando não está trabalhando; quando ele está trabalhando, ele não se sente ele mesmo”* (2º parágrafo).
- (E) *Impedido de ser quem sou no trabalho – escritório, chão de fábrica, call center, guichê, balcão* (2º parágrafo).

12. O termo sublinhado em “*Estamos acostumados a considerar o trabalho como algo a que nos sujeitamos, mais ou menos a contragosto, para obter uma renda*” (1º parágrafo) refere-se a

- (A) *nos* [pronome].
- (B) *nós* [sujeito oculto de “sujeitamos”].
- (C) *algo*.
- (D) *renda*.
- (E) *contragosto*.

**Atenção:** Considere o poema do escritor paraibano Augusto dos Anjos para responder às questões de números 13 a 15.

*Como um fantasma que se refugia  
Na solidão da natureza morta,  
Por trás dos ermos túmulos, um dia,  
Eu fui refugiar-me à tua porta!*

*Fazia frio e o frio que fazia  
Não era esse que a carne nos conforta...  
Cortava assim como em carniçaria<sup>1</sup>  
O aço das facas incisivas corta!*

*Mas tu não vieste ver minha Desgraça!  
E eu saí, como quem tudo repele,  
– Velho caixão a carregar destroços –*

*Levando apenas na tumbal carcaça  
O pergaminho singular da pele  
E o chocalho fatídico dos ossos!*

(ANJOS, Augusto dos. **Toda poesia**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011)

<sup>1</sup> carniçaria: açougue.

13. O poema permite caracterizar o interlocutor do eu lírico como

- (A) insensível.
- (B) curioso.
- (C) compassivo.
- (D) solitário.
- (E) nostálgico.



14. No poema, o eu lírico compara o frio a
- (A) um túmulo.
  - (B) um fantasma.
  - (C) uma carne.
  - (D) uma faca.
  - (E) um caixão.
- 
15. Verifica-se rima (ou seja, coincidência final de sons) entre palavras de mesma classe gramatical em:
- (A) *repele/pele* (3<sup>a</sup>/4<sup>a</sup> estrofes).
  - (B) *refugia/dia* (1<sup>a</sup> estrofe).
  - (C) *morta/porta* (1<sup>a</sup> estrofe).
  - (D) *fazia/carniçaria* (2<sup>a</sup> estrofe).
  - (E) *conforta/corta* (2<sup>a</sup> estrofe).
- 

**Legislação Específica aplicada ao Ministério Público da Paraíba**

16. Nos termos previstos na Lei Complementar nº 97/2010, são princípios institucionais do Ministério Público:
- (A) a essencialidade, o caráter permanente e a indivisibilidade.
  - (B) a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
  - (C) a indivisibilidade, o caráter permanente e a unidade.
  - (D) o caráter permanente, a essencialidade e a independência funcional.
  - (E) a independência funcional, a essencialidade e a unidade.
- 
17. Consoante dispõe a Lei Complementar nº 97/2010, a proposta de destituição do Procurador-Geral de Justiça deve ser feita ao Poder
- (A) Legislativo pelo Conselho Superior do Ministério Público.
  - (B) Legislativo pela Corregedoria-Geral do Ministério Público.
  - (C) Legislativo pelo Colégio de Procuradores de Justiça.
  - (D) Executivo pelo Colégio de Procuradores de Justiça.
  - (E) Executivo pela Corregedoria-Geral do Ministério Público.
- 
18. A Lei nº 10.432/2015, quanto às penas disciplinares, estabelece que
- (A) a pena de advertência será aplicada por escrito ou verbalmente, devendo constar no assentamento individual do infrator.
  - (B) será aplicada a pena de suspensão de 60 a 90 dias em caso de reincidência em falta anteriormente punida com advertência.
  - (C) a suspensão, enquanto perdurar, acarretará a perda dos direitos e vantagens decorrentes do exercício do cargo, ainda que tenha iniciado durante as férias ou licenças do infrator.
  - (D) a pena de suspensão, segundo a conveniência do serviço, poderá ser convertida em multa, correspondente à metade da remuneração do período, ficando o servidor obrigado a permanecer em exercício.
  - (E) as penalidades de advertência e de suspensão não terão seus registros cancelados.
- 
19. A Resolução do Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça nº 04/2013 denomina qualquer demanda, de natureza cível ou criminal, dirigida aos órgãos da atividade-fim do Ministério Público, submetida à apreciação das Procuradorias e Promotorias de Justiça, conforme as atribuições das respectivas áreas de atuação, como
- (A) notícia de fato.
  - (B) alegação de fato.
  - (C) impugnação de fato.
  - (D) questionamento de fato.
  - (E) indício de fato.
- 
20. A Resolução do Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça nº 04/2013 prevê que o inquérito civil deverá ser concluído no prazo de um ano, prorrogável pelo mesmo prazo e quantas vezes forem necessárias, por decisão fundamentada de seu presidente, à vista da imprescindibilidade da realização ou conclusão de diligências. Todavia, mediante ato administrativo devidamente fundamentado, pode haver limitação dessa prorrogação
- (A) pelo Procurador-Geral de Justiça.
  - (B) pelo Corregedor-Geral de Justiça.
  - (C) pela Ouvidoria.
  - (D) pelo Sistema de Controle Interno.
  - (E) pelo Conselho Superior do Ministério Público.
-

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Direito Constitucional**

21. Em fevereiro de 2023, a Assembleia-Geral da ONU adotou uma resolução que pede o fim da guerra na Ucrânia, ressaltando as consequências humanitárias do conflito, bem como propugnando a retirada das tropas russas do território ucraniano e que a comunidade internacional busque formas de mediar a paz. O voto brasileiro foi favorável à resolução da ONU, o que está de acordo com a Constituição Federal, segundo a qual a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais, dentre outros, pelos princípios de
- (A) promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
  - (B) cidadania e pluralismo político.
  - (C) construção de uma sociedade livre, justa e solidária.
  - (D) defesa da paz e solução pacífica dos conflitos.
  - (E) dignidade da pessoa humana, erradicação da pobreza e da marginalização e redução das desigualdades sociais e universais.
- 
22. Tomando conhecimento de que seria encenada uma peça teatral na cidade que retrataria uma tradicional figura cristã masculina como uma mulher negra, determinado grupo religioso requereu a proibição da estreia da referida peça, no que foram prontamente atendidos. Diante da situação hipotética apresentada, e levando-se em conta o que estabelece a Constituição Federal,
- (A) somente o Estado poderia, mediante regra geral, restringir ou impedir a estreia da peça, mediante censura prévia, com fundamento em sua competência para exercer a classificação, para efeito indicativo, de diversões públicas e de programas de rádio e televisão.
  - (B) é admissível a proibição da estreia da peça, desde que se pretenda encená-la em local aberto ao público, hipótese em que a reunião de pessoas, ainda que pacífica, depende de aviso prévio e autorização da autoridade competente.
  - (C) é inconstitucional a proibição da estreia da peça teatral, uma vez que é assegurada a livre expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.
  - (D) somente a União poderia, mediante regra geral, restringir ou impedir a estreia da peça, mediante censura prévia, com fundamento na inviolabilidade da liberdade de consciência e de crença.
  - (E) somente por meio de lei é possível a censura prévia à liberdade de expressão e de criação artística, de sorte que o prefeito do município em questão não poderia ter proibido a estreia da peça de teatro.
- 
23. Alejandro, 30 anos, espanhol, em viagem ao Brasil, encanta-se com as belezas naturais do país e decide que quer se naturalizar e tornar-se cidadão brasileiro. Diante do que estabelecem as regras atuais da Constituição Federal acerca da naturalização, Alejandro
- (A) poderá requerer a nacionalidade brasileira, após residir no Brasil por mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal.
  - (B) terá, de imediato, os mesmos direitos assegurados ao cidadão brasileiro, desde que haja reciprocidade em seu país de origem em favor dos brasileiros lá residentes.
  - (C) deverá, para adquirir a nacionalidade brasileira, apenas manter no Brasil residência por um ano ininterrupto e ser moralmente idôneo.
  - (D) em nenhuma hipótese poderá adquirir a nacionalidade brasileira, haja vista que tal direito somente é concedido àqueles nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.
  - (E) somente poderia se naturalizar brasileiro na hipótese de ter nascido no Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estivessem a serviço de seu país de origem.
- 
24. De acordo com o que estabelece a Constituição Federal, o Município rege-se por lei orgânica, que deverá ser votada em
- (A) dois turnos, com o interstício mínimo de 5 dias, e aprovada por maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.
  - (B) dois turnos, com o interstício mínimo de 10 dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal.
  - (C) um único turno, com o interstício mínimo de 15 dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal.
  - (D) um único turno, com o interstício mínimo de 10 dias, e aprovada por maioria simples dos membros da Câmara Municipal.
  - (E) dois turnos, com o interstício mínimo de 15 dias, e aprovada por maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.



25. À luz do que estabelece a Constituição Federal, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:
- I. desapropriação.
  - II. orçamento.
  - III. assistência jurídica e Defensoria Pública.
  - IV. organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício de profissões.
  - V. proteção e tratamento de dados pessoais.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e IV.
  - (B) I e II.
  - (C) IV e V.
  - (D) III e V.
  - (E) II e III.
- 
26. Segundo dispõe a Constituição Federal, os Estados organizarão sua Justiça, observados os princípios estabelecidos na Constituição, e a competência dos tribunais será definida na
- (A) Constituição Federal, sendo a lei de organização judiciária estadual de iniciativa do Tribunal de Justiça local.
  - (B) Constituição do Estado, sendo a lei de organização judiciária de iniciativa do Governador.
  - (C) Constituição do Estado, sendo a lei de organização judiciária de iniciativa do Tribunal de Justiça.
  - (D) Constituição Federal, sendo a lei de organização judiciária estadual de iniciativa do Poder Legislativo respectivo.
  - (E) lei complementar federal, sendo a lei de organização judiciária estadual de iniciativa do Poder Legislativo respectivo.
- 
27. De acordo com o que estabelece a Constituição Federal, compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente,
- (A) a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de *exequatur* às cartas rogatórias.
  - (B) o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território.
  - (C) as causas e os conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da Administração indireta.
  - (D) a extradição solicitada por Estado estrangeiro.
  - (E) as ações contra o Conselho Nacional de Justiça e contra o Conselho Nacional do Ministério Público.
- 
28. Segundo dispõe a Constituição Federal, o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe
- (A) representar o Estado, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo estadual.
  - (B) representar a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.
  - (C) a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados.
  - (D) a representação da União na execução da dívida ativa de natureza tributária.
  - (E) a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

#### Noções de Direito Administrativo

29. Trata-se de forma de insurgência na via administrativa contra o exercício das competências da Administração Pública:
- (A) O pedido de revisão, que é a petição dirigida à mesma autoridade prolatora da decisão, postulando que a modifique ou suprima.
  - (B) O pedido de reconsideração, que é a petição dirigida à autoridade imediatamente superior à que proferiu a decisão questionada, postulando sua reforma ou supressão.
  - (C) O recurso hierárquico, que é a manifestação insurgente na qual prepondera o intuito de alertar a autoridade competente para conduta administrativa apresentada como censurável.
  - (D) A reclamação administrativa, que é a manifestação de inconformismo do administrado em face de decisão administrativa que lhe afeta direitos ou interesses.
  - (E) A denúncia administrativa, que é a manifestação de inconformidade que não pode ser qualificada como pedido de reconsideração ou representação administrativa.



30. Integra a Administração indireta, no direito positivo brasileiro,
- (A) organização da sociedade civil de interesse público, que é a pessoa jurídica, de direito privado, sem fins lucrativos, instituída por iniciativa de particulares, e que recebe delegação do Poder Público, mediante contrato de gestão para desempenhar serviço público de natureza social.
  - (B) empresa pública, que é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito público, criada por lei e com patrimônio próprio, cujo capital social é integralmente detido pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios.
  - (C) fundação instituída pelo Poder Público, que é o patrimônio exclusivamente público, dotado de personalidade jurídica de direito privado, e destinado, por lei, ao desempenho de atividades na ordem social, com capacidade de autoadministração, e mediante controle da Administração Pública.
  - (D) serviço social autônomo, que é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito público, sem fins lucrativos, com criação autorizada por lei, para ministrar assistência ou ensino a certas categorias sociais ou grupos profissionais, sendo mantido por dotações orçamentárias ou por contribuições parafiscais.
  - (E) sociedade de economia mista, que é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertencem em sua maioria a qualquer ente federado ou à entidade da Administração indireta.
- 
31. Sobre os atributos do poder de polícia, a
- (A) delegabilidade consiste na possibilidade de delegar o poder de polícia a pessoas jurídicas de direito privado, desde que mediante prévia autorização legal.
  - (B) executoriedade está presente em todas as medidas de polícia, mas não a exigibilidade.
  - (C) exigibilidade envolve meios indiretos de coação como, por exemplo, a aplicação de multas.
  - (D) discricionariedade está presente em todas as medidas de polícia como, por exemplo, na licença e na autorização.
  - (E) executoriedade consiste na possibilidade de a Administração Pública recorrer ao Poder Judiciário para compelir o administrado.
- 
32. A Nova Lei de Licitações previu a contratação integrada como
- (A) aquela modalidade de contratação de obras, serviços e compras em que a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentar proposta final após o encerramento dos diálogos.
  - (B) aquela contratação de empreendimento em sua integralidade, com a totalidade das etapas de obras, serviços e instalações necessárias, sob responsabilidade do contratado até sua entrega ao contratante em condições de entrada em operação, com características adequadas às finalidades para as quais foi contratado e atendidos os requisitos técnicos e legais para sua utilização com segurança estrutural e operacional.
  - (C) aquele regime de contratação de obras e serviços de engenharia em que o contratado é responsável por elaborar e desenvolver os projetos básico e executivo, executar obras e serviços de engenharia, fornecer bens ou prestar serviços especiais e realizar montagem, teste, pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto.
  - (D) aquele contrato cujo objeto é a prestação de serviços, que pode incluir a realização de obras e o fornecimento de bens, com o objetivo de proporcionar economia ao contratante, na forma de redução de despesas correntes, remunerando o contratado com base em percentual da economia gerada.
  - (E) aquele contrato utilizado para serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, por meio da análise da variação dos custos contratuais, com previsão em edital das diferentes datas previstas como referência para os custos decorrentes do mercado e para os custos decorrentes da mão de obra.
- 
33. Segundo a legislação vigente, constitui tipo de ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário:
- (A) Frustrar a licitude de processo licitatório ou de processo seletivo para celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos, ou dispensá-los indevidamente, acarretando perda patrimonial efetiva.
  - (B) Agir negligentemente na celebração, fiscalização e análise das prestações de contas de parcerias firmadas pela Administração Pública com entidades privadas.
  - (C) Frustrar, em ofensa à imparcialidade, o caráter concorrencial de concurso público, de chamamento ou de procedimento licitatório, com vistas à obtenção de benefício próprio, direto ou indireto, ou de terceiros.
  - (D) Deixar de cumprir a exigência de requisitos de acessibilidade previstos na legislação.
  - (E) Transferir recurso à entidade privada, em razão da prestação de serviços na área de saúde sem a prévia celebração de contrato, convênio ou instrumento congêneres.
- 
34. Conforme previsto na Constituição Federal, poderão, facultativamente, ser remunerados mediante subsídio os
- (A) detentores de mandato eletivo.
  - (B) servidores públicos organizados em carreira.
  - (C) Ministros de Estado.
  - (D) membros do Ministério Público.
  - (E) Secretários Municipais.





35. Configuram serviços públicos próprios aqueles
- (A) voltados ao atendimento das necessidades coletivas em que a atuação do Estado é essencial.
  - (B) relativos à atividade essencial, privativa do Estado, consistindo na tutela do direito.
  - (C) prestados à coletividade, mas usufruídos diretamente pela comunidade local.
  - (D) executados pela Administração para atender às suas necessidades internas.
  - (E) prestados diretamente pelo Estado ou indiretamente por meio de concessionárias e permissionárias.

36. É causa atenuante da responsabilidade civil do Estado:

- (A) Culpa concorrente da vítima.
- (B) Força maior.
- (C) Culpa exclusiva da vítima.
- (D) Culpa de terceiros.
- (E) Caso fortuito do agente público.

### Noções de Direito Civil

37. Em relação à curatela,

- (A) as pessoas sujeitas à curatela devem ser recolhidas em estabelecimento próprio à sua condição, preservando-se o direito à convivência familiar e comunitária.
- (B) deve ser imposta às pessoas com deficiência, ainda que possam exprimir sua vontade.
- (C) na nomeação de curador para pessoa com deficiência, não é possível estabelecer curatela compartilhada.
- (D) o cônjuge ou companheiro, não separado judicialmente ou de fato, é, de direito, curador do outro, quando interdito.
- (E) não se aplica aos ébrios habituais, aos viciados em tóxicos e aos pródigos, que se sujeitam à tomada de decisão apoiada.

38. São considerados bens fungíveis

- (A) os móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.
- (B) os bens móveis cujo uso importa destruição imediata da própria substância, sendo também considerados tais os destinados à alienação.
- (C) os que se podem fracionar sem alteração na sua substância, diminuição considerável de valor, ou prejuízo do uso a que se destinam.
- (D) os que, embora reunidos, se consideram de *per si*, independentemente dos demais.
- (E) aqueles que existem sobre si, abstrata ou concretamente.

39. De acordo com o Código Civil, a posse pode ser classificada em justa

- (A) quando decorrente de ocupação de prédios públicos.
- (B) se o possuidor ignora o vício, ou o obstáculo que impede a aquisição da coisa.
- (C) somente quando tiver justo título.
- (D) quando duas ou mais pessoas possuírem coisa indivisa.
- (E) se não for violenta, clandestina ou precária.

40. No direito de família, os alimentos

- (A) não podem ser fixados em favor dos pais contra os filhos, em razão do princípio da hereditariedade.
- (B) poderão ser cobrados dos avós da criança, caso o genitor ou a genitora não estejam em condições de pagar alimentos.
- (C) devem ser fixados na proporção das necessidades do reclamante, sem considerar os recursos da pessoa obrigada.
- (D) não são devidos aos filhos havidos fora do casamento.
- (E) podem ser renunciados pela criança em relação ao pai, quando representada por sua genitora.

41. Em relação à responsabilidade civil:

- (A) Depende diretamente da responsabilidade penal, pois é no juízo criminal que se decidirá sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor.
- (B) Se a ofensa ou violação de direitos for praticada por mais de uma pessoa, todas respondem civilmente, porém em modalidade não solidária.
- (C) O incapaz responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.
- (D) O empregador ou comitente responde por ato de seus empregados, mesmo fora de horário de trabalho e se não for em razão deste.
- (E) O direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la não se transmitem com a herança.

**Noções de Direito Processual Civil**

42. A intervenção do Ministério Público é obrigatória como fiscal da ordem jurídica nos processos em que
- (A) houver litígio de qualquer natureza pela posse de terra urbana ou rural.
  - (B) a Fazenda Pública figurar como parte.
  - (C) uma das partes for beneficiária da gratuidade processual.
  - (D) houver interesse público ou social.
  - (E) uma das partes estiver desacompanhada de advogado.
- 
43. O juiz poderá julgar liminarmente improcedente o pedido que contrariar
- (A) decisão colegiada do órgão especial de Tribunal de Justiça sobre direito local.
  - (B) enunciado de súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça, desde que após a citação do réu.
  - (C) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos.
  - (D) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas, desde que não tenha sido originado em assunção de competência.
  - (E) enunciado de súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça, inclusive em causas que demandem instrução probatória.
- 
44. São legitimados a ajuizar ação civil pública:
- I. Ministério Público.
  - II. Defensoria Pública, desde que em litisconsórcio com o Ministério Público.
  - III. Associações, desde que constituídas há pelo menos 3 meses, nos termos da lei civil.
  - IV. Autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista.
  - V. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I, II e III.
  - (B) I, IV e V.
  - (C) II, III e V.
  - (D) I, II e IV.
  - (E) III, IV e V.
- 
45. Há sentença com resolução de mérito quando esta
- (A) homologar a desistência da ação após a apresentação de contestação pelo réu.
  - (B) reconhecer a existência de perempção, de litispendência ou de coisa julgada.
  - (C) verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo.
  - (D) acolher a alegação de existência de convenção de arbitragem ou quando o juízo arbitral reconhecer sua competência.
  - (E) decidir, de ofício ou a requerimento, sobre a ocorrência de decadência ou prescrição.
- 
46. Há impedimento do juiz, sendo-lhe VEDADO exercer suas funções, no processo em que
- (A) figure como parte cliente do escritório de advocacia de seu cônjuge.
  - (B) for amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes ou de seus advogados.
  - (C) qualquer das partes for sua credora ou devedora.
  - (D) houver motivo de foro íntimo, não havendo necessidade de declarar suas razões.
  - (E) estiver interessado no julgamento em favor de qualquer das partes.

**Noções de Direito Penal**

47. A parte geral do Código Penal estabelece:
- (A) O ajuste, a determinação ou a instigação e o auxílio sempre serão puníveis, ainda que o crime sequer tenha sido tentado.
  - (B) Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até a conclusão do inquérito penal, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um terço até a metade.
  - (C) Não há crime quando o agente pratica o fato em estado de embriaguez, voluntária ou culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos.
  - (D) O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução do crime ou impede que o resultado se produza só responde pelos atos já praticados.
  - (E) Entende-se em legítima defesa quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.
- 
48. Marcelo, irritado com Mônica, sua colega de trabalho, durante almoço com demais colegas da repartição pública onde trabalham, aproveitando-se da ausência de Mônica, espalha a informação de que ela, toda tarde, antes de voltar para a casa onde vive com seu marido, passa na casa de um outro homem, com quem mantém relações extraconjugais. Diante da situação hipotética descrita, Marcelo praticou, em tese, o crime de
- (A) calúnia.
  - (B) injúria.
  - (C) difamação.
  - (D) rixa.
  - (E) constrangimento ilegal.
- 
49. Fernando, jovem de 19 anos, aproveitando-se do fato de que seu pai, Ronaldo, com 48 anos, tirava um cochilo durante a tarde, subtraiu de sua carteira, sem que ele percebesse, a quantia de R\$ 200,00 em dinheiro, para gastar no sábado à noite com seus amigos do colégio. Diante da situação hipotética apresentada,
- (A) Fernando praticou o crime de furto de coisa comum, haja vista a relação familiar entre ele e Ronaldo.
  - (B) Fernando praticou o crime de furto com abuso de confiança.
  - (C) Fernando praticou o crime de apropriação indébita.
  - (D) o crime praticado por Fernando somente se procede mediante representação de Ronaldo.
  - (E) muito embora o fato seja típico, Fernando, na hipótese, é isento de pena.
- 
50. Aquele que constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função, pratica, em tese, segundo o Código Penal, o crime de
- (A) violação sexual mediante fraude.
  - (B) estupro de vulnerável.
  - (C) importunação sexual.
  - (D) assédio sexual.
  - (E) estupro.
- 
51. De acordo com o que estabelece a Lei nº 9.605/1998, ao dispor sobre os crimes ambientais, são consideradas circunstâncias que agravam a pena dos crimes ali prescritos, quando não constituem ou qualificam o crime, ter o agente cometido a infração:
- (A) Concorrendo para danos à propriedade alheia; contra a propriedade de seu cônjuge, ascendente, descendente ou irmão; por motivo fútil.
  - (B) Atingindo áreas urbanas ou quaisquer assentamentos humanos; em domingos ou feriados; facilitada por funcionário público no exercício de suas funções.
  - (C) Em período de defeso à fauna; na qualidade de tutor, curador, síndico, liquidatário, inventariante, testamentário ou depositário judicial.
  - (D) Em épocas de seca ou inundações; com destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa; com emprego de arma de fogo de uso proibido.
  - (E) Mediante abuso do direito de licença, permissão ou autorização ambiental; à noite; mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe.



52. A Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, estabelece:
- (A) Os dispositivos de segurança destinados ao uso em caso de perigo iminente e disponibilizados para o monitoramento das vítimas de violência doméstica ou familiar amparadas por medidas protetivas terão seus custos ressarcidos pelo agressor.
  - (B) Ainda que haja risco à integridade física da ofendida ou à efetividade da medida protetiva de urgência, poderá ser concedida liberdade provisória ao preso, mediante fiança, a ser estipulada pela autoridade policial.
  - (C) Configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial, desde que constatado que as relações entre os envolvidos são de natureza exclusivamente heterossexual.
  - (D) O juiz assegurará à mulher em situação de violência doméstica e familiar, para preservar sua integridade física e psicológica, a manutenção do vínculo trabalhista, quando necessário o afastamento do local de trabalho, por até dois anos.
  - (E) É direito da mulher em situação de violência doméstica e familiar o atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado por servidoras exclusivamente do sexo feminino, previamente capacitadas.
53. Luiz, agente credenciado pelo Departamento Estadual de Trânsito (Detran), exige de Fábria taxa que sabia ser indevida para liberação de seu veículo que fora guinchado em razão de acidente de trânsito. Diante da situação hipotética descrita, Luiz cometeu, em tese, o crime de
- (A) corrupção passiva.
  - (B) emprego irregular de verbas ou rendas públicas.
  - (C) peculato mediante erro de outrem.
  - (D) excesso de exação.
  - (E) advocacia administrativa.

#### Noções de Direito Processual Penal

54. Acerca do inquérito policial e da ação penal, o Código de Processo Penal estabelece:
- (A) O órgão do Ministério Público nunca poderá dispensar o inquérito policial, ainda que tenham sido, com a representação, oferecidos elementos que eventualmente o habilitasse a promover a ação penal.
  - (B) A autoridade policial não poderá mandar arquivar autos de inquérito quando verificada a ocorrência da prescrição.
  - (C) Nos crimes de ação penal pública incondicionada, os autos do inquérito serão remetidos ao juízo competente, onde aguardarão a iniciativa do ofendido ou de seu representante legal para o início da ação penal.
  - (D) Qualquer pessoa do povo poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, nos casos em que caiba a ação pública, fornecendo-lhe, por escrito, informações sobre o fato e a autoria e indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção.
  - (E) No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de oferecer queixa ou prosseguir na ação passará ao órgão do Ministério Público.
55. Acerca das regras de competência, o Código de Processo Penal estabelece:
- (A) Não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pelo domicílio ou residência da vítima.
  - (B) Quando incerto o limite territorial entre duas ou mais jurisdições, ou quando incerta a jurisdição por ter sido a infração consumada ou tentada nas divisas de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á por sorteio.
  - (C) A precedência da distribuição fixará a competência quando, na mesma circunscrição judiciária, houver mais de um juiz igualmente competente.
  - (D) No concurso entre a competência do júri e a de outro órgão da jurisdição comum, prevalecerá a competência da jurisdição comum.
  - (E) Será obrigatória a separação dos processos quando as infrações tiverem sido praticadas em circunstâncias de tempo ou de lugar diferentes, independentemente do critério do juiz.
56. Sobre prisão, medidas cautelares, liberdade provisória e prisão temporária, o ordenamento jurídico brasileiro dispõe:
- (A) As medidas cautelares serão decretadas pelo juiz a requerimento das partes ou, quando no curso da investigação criminal, por representação da autoridade policial ou mediante requerimento do Ministério Público.
  - (B) Ninguém poderá ser preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade policial competente, em decorrência de prisão cautelar ou em virtude de condenação criminal transitada em julgado.
  - (C) Salvo decisão segundo o critério da autoridade policial, é desaconselhado o uso de algemas em mulheres grávidas durante os atos médico-hospitalares preparatórios para a realização do parto e durante o trabalho de parto, bem como em mulheres durante o período de puerpério imediato.
  - (D) Será possível a concessão de fiança, ainda que o agente tenha praticado crimes cometidos por grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.
  - (E) A prisão temporária, prevista na Lei nº 7.960/1989, será decretada pelo Juiz, em face da representação da autoridade policial ou de requerimento do Ministério Público, e terá o prazo de 10 dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.



57. O Código de Processo Penal estabelece:

- (A) Os órgãos do Ministério Público, por terem como atribuição a defesa da ordem jurídica, poderão funcionar nos processos em que o juiz ou qualquer das partes for seu cônjuge, ou parente, consanguíneo ou afim, diante da prevalência dos interesses sociais e individuais indisponíveis.
- (B) Nenhum acusado será processado ou julgado sem defensor, exceto quando estiver ausente ou foragido.
- (C) Se o acusado não o tiver, ser-lhe-á nomeado defensor pelo juiz, impedindo-o, nessa hipótese, de nomear, posteriormente, outro de sua confiança, ou a si mesmo defender-se, caso tenha habilitação.
- (D) A suspeição do juiz poderá ser declarada e reconhecida ainda quando a parte injuriar de propósito o magistrado, dando, assim, motivo para a criação do incidente.
- (E) A impossibilidade de identificação do acusado com o seu verdadeiro nome ou outros qualificativos não retardará a ação penal, quando certa a identidade física.

58. Acerca das nulidades e dos recursos em geral, o Código de Processo Penal estabelece:

- (A) A incompetência do juízo anula todos os atos do processo, decisórios ou não, devendo o processo, quando for declarada a nulidade, ser remetido ao juiz competente.
- (B) É caso de nulidade a falta de intervenção do Ministério Público em todos os termos da ação por ele intentada pela parte ofendida, quando se tratar de crime de ação pública.
- (C) O recurso poderá ser interposto pelo Ministério Público, ou pelo querelante, ou pelo réu, seu procurador ou seu defensor, e será admitido recurso da parte que não tenha interesse na reforma ou modificação da decisão.
- (D) Caberá apelação no prazo de 5 dias da decisão que anular o processo da instrução criminal, no todo ou em parte.
- (E) Aos acórdãos proferidos pelos Tribunais de Apelação, câmaras ou turmas, poderão ser opostos embargos de declaração, no prazo de 5 dias contados da sua publicação, quando houver na sentença dúvida, contradição ou omissão.

59. Sobre instauração e tramitação do procedimento investigatório criminal a cargo do Ministério Público do Estado da Paraíba, a Resolução nº 181/2017 do CNMP e a Resolução CPJ nº 017/2018 do MPPB dispõem:

- (A) O defensor do autor do fato investigado poderá examinar, desde que com procuração, os autos de procedimento de investigação criminal, findos ou em andamento, ainda que conclusos ao presidente, sendo, contudo, vedada a cópia de peças e tomada de apontamentos, seja em meio físico ou digital.
- (B) O procedimento investigatório criminal é condição de procedibilidade ou pressuposto processual para o ajuizamento de ação penal e exclui a possibilidade de formalização de investigação por outros órgãos da Administração Pública.
- (C) O membro do Ministério Público, no exercício de suas atribuições criminais, deverá dar andamento, no prazo de 15 dias a contar de seu recebimento, à notícia de fato criminal que lhe seja encaminhada, podendo este prazo ser prorrogado, fundamentadamente, por até 120 dias, nos casos em que sejam necessárias diligências preliminares.
- (D) Se, durante a instrução do procedimento investigatório criminal, for constatada a necessidade de investigação de outros fatos, o membro do Ministério Público deverá instaurar outro procedimento investigatório, sendo vedado o aditamento da portaria inicial em razão dos princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa.
- (E) O procedimento investigatório criminal poderá ser instaurado de ofício, por membro do Ministério Público, no âmbito de suas atribuições criminais, ao tomar conhecimento de infração penal de iniciativa pública, por qualquer meio, ainda que informal, ou mediante provocação.

60. De acordo com o que estabelece a Resolução CPJ nº 017/2018 do MPPB acerca do acordo de não persecução penal:

- (A) O descumprimento do acordo de não persecução penal pelo investigado não poderá ser utilizado pelo membro do Ministério Público como justificativa para o eventual não oferecimento de suspensão condicional do processo, no curso da ação penal.
- (B) As tratativas para fins de celebração de acordo de não persecução penal ocorrerão no âmbito do Ministério Público, sendo o acordo formalizado por escrito, com a qualificação do investigado, as condições estipuladas e firmado pelo membro do Ministério Público, pelo investigado e por seu defensor, sendo facultada a presença destes últimos, importando o não comparecimento do investigado na aceitação tácita do acordo.
- (C) Não sendo caso de arquivamento e tendo o investigado confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal sem violência ou grave ameaça à pessoa e com pena mínima inferior a 4 anos, o Ministério Público poderá propor acordo de não persecução penal, desde que necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime, mediante certas e determinadas condições previstas na resolução, ajustadas cumulativa e alternativamente.
- (D) Não se admitirá a proposta de acordo de não persecução penal nos casos em que for cabível a transação penal, de competência dos juizados especiais, nos termos da lei, e nas hipóteses em que o agente foi beneficiado nos 8 anos anteriores ao cometimento da infração, em acordo de não persecução penal, transação penal ou suspensão condicional do processo.
- (E) Aperfeiçoado o acordo de não persecução penal, deverá o membro do Ministério Público homologá-lo, sendo desnecessária a realização de audiência, diante do princípio da celeridade e da livre manifestação de vontade do investigado e de seu defensor.